

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC, EM 09 DE JULHO DE 2019.**

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, às dezoito horas e cinquenta minutos, na sala de reuniões da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, situada na Rua Angelina, s/nº, Parque Natural Municipal Raimundo Gonçalves Malta, Bairro dos Municípios, reuniu-se o Conselho Municipal do Meio Ambiente, convocado via e-mail e whatsapp, com as presenças dos Senhores Conselheiros: 1. Maria Heloisa B. C. Furtado Lenzi (SEMAM), 2. Elifas Holodniak (CDL), 3. Alvaro Rocha Kenig (SINDISOL), 4. João Gabriel Assumpção Carvalho (EMASA), 5. Ana Clara Souza Carr Pinheiro (OAB), 6. Gilmar Edson Koeddermann (SINDUSCON), 7. Paulo Junek (Comitê Rio Camboriú) e 8. Márcia Regina Gonçalves Achutti (ICCO). Presente, ainda, os Sr. Edésio C. Pereira, Diretor do Departamento de Fiscalização Ambiental da SEMAM. Havendo número legal, os presentes foram saudados pela Presidente do Conselho, Sra. Maria Heloisa. Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior (18/06/2019), a qual já havia sido encaminhada via e-mail à todos os conselheiros, sendo aprovada por unanimidade. Deu-se continuidade a pauta do dia: Apresentação de critério macro para definição de autorização de terraplanagem; Apresentação análise prévia da Portaria CPM-IMA 143/2019, pela Dra. Ana Clara S. C. Pinheiro; Continuação do Julgamento dos processos PAF-SMA-DEFA 33/2017 - Altamir Osni Teixeira e PAF-SMA-DEFA 3/2018 - Gilvana Dalfovo da Costa. O engenheiro civil da SEMAM Leandro Grzybowski da Silva iniciou a apresentação do modelo de Resolução para fins de regulamentar os pedidos de terraplanagem. Explicou que Autorização Ambiental para Terraplanagem vai contemplar duas modalidades: Autorização Simplificada e Autorização Completa e mencionou quais os critérios e documentação exigidos para cada caso. Citou também quais os pedidos que dispensam autorização. As autorizações para terraplanagem ficarão vinculadas às autorizações para corte de vegetação da área. A resolução conterá artigo observando que "nos casos onde o terreno possuir cobertura vegetal arbórea nativa, nos diferentes estágios de sucessão/regeneração natural, e havendo necessidade de suprimir parte da vegetação existente para executar as obras de terraplanagem, será exigido: I. Prévia aprovação de implantação do empreendimento que implique na impermeabilização da área; II. Prévia autorização ambiental de supressão de vegetação; III. a adoção de medidas para evitar a inversão das camadas do solo; IV. a realização de trincheira de infiltração para captação e reaproveitamento da água da chuva proporcional a área afetada e ao impacto gerado. O Sr. Leandro comprometeu-se a enviar aos conselheiros uma cópia do projeto da Resolução em questão para análise e sugestões. Em seguida a Dra. Ana Clara apresentou sua análise sobre a Portaria CPM-IMA 143/2019, que se pretende adaptar para o Município. A conselheira fez a análise do Capítulo I, artigos 1º a 30, cuja leitura apresentou aos conselheiros presentes. A conselheira solicitou esclarecimentos quanto aos conceitos de multa do artigo 2º: Multa indicada; Multa consolidada; Multa simples aberta e Multa simples fechada, sendo esclarecido pelos demais presentes o significado previsto no referido artigo. Após a leitura do artigo 24, que faz referência ao critério de dupla visita nas micro e pequenas empresas para lavratura de Auto de Infração Ambiental, o conselheiro Elifas manifestou-se a favor de manter o referido artigo, o que será decidido juntamente com a apreciação dos demais artigos que estão sendo analisados pelo Departamento de Fiscalização Ambiental, a ser apresentado oportunamente. O Diretor do Departamento de Fiscalização da SEMAM, Sr. Edésio, salientou que geralmente há concessão de prazo para adequação antes da emissão de uma infração. Em seguida passou-se

para o julgamento dos processos previstos na pauta. O conselheiro Elifas Holodniak informou que não trouxe o PAF-SMA-DEFA nº 3/2018 – Gilvana Dalfovo da Costa para a sessão, portanto, o julgamento do mesmo foi adiado para a próxima reunião. Com relação ao PAF-SMA-DEFA 33/2017 - Altamir Osni Teixeira, cujo julgamento foi adiado para que o Departamento de Fiscalização prestasse esclarecimentos acerca do valor da multa, o Sr. Edésio/Diretor explicou que o critério da aplicação foi baseado na reincidência do autuado, conforme previsto no Decreto Federal nº 6514/08, artigo 11, inciso I, além dos indícios de inclinação da área e de incidência de preservação permanente do local. Diante das informações, o relator do processo, João Gabriel A. Carvalho, votou pela manutenção da multa, todavia, diante da ausência de quorum devido a saída antecipada de alguns conselheiros, o julgamento foi adiado para a próxima reunião. Na reunião do Conselho do dia 18/06/2019 foram distribuídos dois processos, os quais deixaram de constar na ata: PAF-SMA-DEFA 45/2018 – Taísa Ramos da Silva para a conselheira Ana Clara Souza Carr Pinheiro e PAF-SMA-DEFA 34/2018 – Jesarela Jacob Correia Dallago para a conselheira Rafaela Picolotto. Por fim, a Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Carin S. Dorow, Secretária nomeada para o ato, lavrei a presente ata que, aprovada, será assinada por mim e pelos demais Conselheiros.

Balneário Camboriú, 09 de julho de 2019.